

• Política

P. 7

CONSTITUINTE

Sarney diz que já não tem mais certeza de vitória no plenário

por Elaine Lerner de Brasília

O presidente José Sarney disse, ontem, ao governador do Espírito Santo, Max Mauro, que "não tem mais certeza da vitória pelo mandato de cinco anos, porque a decisão da Assembleia Constituinte é imprevisível". A redução do mandato do presidente Sarney e dos futuros presidentes deverá ser votada pelo plenário da Assembleia Constituinte na próxima semana.

Mauro, após audiência com o presidente, também saiu convencido que "ninguém pode garantir hoje que a Constituinte decidirá por quatro ou cinco anos". Defensor do parlamentarismo, até agora, o governador se absteve de optar por um mandato maior ou menor para o presidente Sarney.

Apesar das declarações do presidente ao governador do Espírito Santo, o Palácio do Planalto ainda mantém a expectativa de uma vitória na decisão da duração do governo Sarney. O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, esclarecendo que mesmo não "tendo o dom da profecia" ainda acredita que os constituintes votarão conforme a vontade do presidente, expressa, pela primeira vez, em maio do ano passado. "A expectativa do governo,



José Sarney

baseada em relato das lideranças, é favorável", explicou. Max Mauro informou que o presidente ainda acredita que o PMDB terá papel decisivo na definição do mandato. Para o governador, o "partido penderá para o lado que perderem suas lideranças". O ministro Costa Couto é mais incisivo, ao afirmar que "o líder do governo na Câmara, Carlos Santana, disse, na terça-feira, que os cinco anos estão assegurados", e esta é a informação que o presidente tem recebido.

Costa Couto desmentiu que o Palácio do Planalto tenha intensificado seu assédio aos constituintes. "O presidente tem, apenas, usado o direito de persuasão que lhe cabe", explicou.

Eleição em dois turnos em 68 cidades do País

por Cecília Pires de Brasília

A Constituinte aprovou ontem eleição em dois turnos para prefeito e vice-prefeito nos municípios de mais de 200 mil eleitores com mandato fixado em quatro anos e eleições a serem realizadas até noventa dias antes do término do mandato do antecessor, com posse prevista no dia 31 de janeiro subsequente. A emenda do "Centrão", foi aprovada automaticamente depois que lideranças do próprio "Centrão" romperam o acordo feito pela manhã com a liderança do PMDB, provocando a rejeição sucessiva de propostas e a retirada de mais uma. Segundo o IBGE, há 68 municípios no País com mais de 200 mil habitantes.

Pela manhã, as lideranças do PMDB na Constituinte haviam acertado com lideranças do "Centrão", entre elas o deputado José Lins (PFL-CE), a votação de um destaque do vice-líder Antonio Britto (PMDB-RS) do artigo 34 do projeto Cabral, dispondo que as eleições para prefeito seriam realizadas até 45 dias antes do término dos atuais mandatos, com eleição em dois turnos e posse em 1º de janeiro subsequente. O destaque seria supressivo do artigo 33, do "Centrão".

Pelo acordo, a liderança do PMDB comprometia-se a votar qualquer emenda posterior que delimitasse o universo dos municípios a serem atingidos com as eleições em dois turnos, considerando que havia restrições à medida nas cidades com menos de 200 ou 100 mil eleitores. O líder do PFL, deputado José Lourenço, orientou a bancada contra o destaque, acompanhado de algumas lideranças do PTB e PDS. O acordo estava rompido e o destaque foi rejeitado por 280 votos. Desorientada, a liderança do PMDB não tinha mais nenhum destaque previsto para defender sua posição e as demais emendas votadas também não alcançaram maioria para aprovação, mostrando as divergências no plenário.

Foi rejeitada a emenda de Valdeck Ornellas e Antonio Farias propondo eleições em um único turno. A emenda de Atila Lyra, propondo eleições em dois turnos para municípios de mais de 500 mil eleitores, foi retirada pelo autor, pois

não fixava o prazo do mandato. A emenda de Saulo Queiroz (PFL-MT), propondo dois turnos para municípios de mais de 3 milhões de eleitores, e a de Nion Albernaz, propondo dois turnos no caso de o primeiro colocado nas eleições não obter mais de um terço dos votos.

O deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL), ao defender eleições em único turno para prefeito, alegava que o segundo turno "vai levar o pleito a um verdadeiro cambalacho eleitoral". A emenda de Saulo Queiroz, propondo dois turnos para cidades de mais de 3 milhões de eleitores, "vai reduzir a eleição de prefeito a uma verdadeira via Dutra, isto é, só vale para São Paulo e Rio de Janeiro", denunciou o deputado José Serra (PMDB-SP). O desencontro no plenário foi tamanho, que o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto (PDS-RJ), favorável a um único turno, encaminhou contra a emenda de Saulo, "para não privilegiar o Rio".

Os candidatos a prefeito estavam preocupados, segundo as especificidades de suas regiões. O deputado Francisco Rossi (PTB-SP), candidato a prefeito de Osasco, não queria a aprovação de dois turnos, apesar de a medida privilegiar partidos menores, como o seu, facilitando composições. "Estou fuzilado", reclamava Rossi a seus companheiros, pois ele conta com sua própria força política para eleger-se num único turno. Rossi defendia dois turnos apenas para cidades de mais de 500 mil eleitores. Osasco tem pouco mais de 400 mil.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, ficou irritado com o rompimento do acordo, mas aproveitou um aparte para reiterar que continuaria negociando, e fez um apelo: "A liderança do PMDB continuará a sentar-se na mesa de negociações, mas apela para que tratemos dos problemas com maior grau de confiança mútua, para honrar a presença de cada constituinte aqui". O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), integrante do "Centrão", explicou pelo microfone, mais tarde: "O acordo está firme, com exceção das dificuldades na votação para eleição de prefeitos".

Simon faz uma defesa do parlamentarismo

O governador gaúcho Pedro Simon, fez ontem uma veemente defesa do parlamentarismo a um grupo de mais de quinhentos empresários reunidos pela Federação das Associações Comerciais do Estado. No primeiro balanço de seu ano de governo, Simon enumerou poucas realizações, mas insistiu em que a transparência, a honestidade e a integridade são marcas de sua administração. "Isso é coisa que não se precisa colocar em jornal, pois é uma obrigação de qualquer homem público", relata a Agência Globo.

Simon prometeu viajar a Brasília neste fim de sema-

na, para acompanhar a votação do sistema de governo pela Assembleia Nacional Constituinte e convencer, "pelo diálogo", tantos constituintes quantos puder, a votar neste sistema. "O presidencialismo no Brasil é uma sucessão de crises. Nós já dormimos com Getúlio na presidência e acordamos com Café Filho no cargo", afirmou para rejeitar o fato de os destinos de um país ficarem nas mãos de uma única pessoa.

Para Simon, a grande vantagem do parlamentarismo é que as crises políticas resolvem-se naturalmente, sem sobressaltos, e exemplificou.